

Sumário

Capítulo 1 – Noções Gerais

1.1. Constitucionalismo	2
1.2. Conceito de Constituição e seu objeto	4
1.3. O Fundamento da Constituição	4
1.4. Classificação das Constituições	6
1.4.1. Quanto ao conteúdo	6
1.4.2. Quanto à forma	6
1.4.3. Quanto ao modo de elaboração	6
1.4.4. Quanto à origem	7
1.4.5. Quanto à estabilidade	7
1.4.6. Quanto ao modelo	8
1.4.7. Quanto ao tamanho ou extensão	8
1.4.8. Quanto à dogmática	9
1.4.9. Classificação e estrutura da Constituição de 1988	9
1.5. Elementos da Constituição Federal de 1988	10
1.5.1. O Preâmbulo Constitucional	11
1.5.2. O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)	11

Capítulo 2 – Poder Constituinte

1. Introdução	14
2. Titularidade do Poder Constituinte	14
3. Espécies de Poder Constituinte	14
3.1. Poder Constituinte Originário	15
3.2. Poder Constituinte Derivado	16
3.2.1. Poder Constituinte Derivado Decorrente	16
3.2.2. Poder Constituinte Derivado Reformador	18
3.2.3. Poder Constituinte Derivado Revisor	19
3.3. Outras “espécies” de Poder Constituinte	20
3.3.1. Poder Constituinte Supranacional	20
3.3.2. Poder Constitucional Difuso	21

Capítulo 3 – Hermenêutica Constitucional

1. Introdução	28
2. Métodos de interpretação da Constituição	29
2.1. Técnicas de resolução de conflitos de normas	31
3. Os Princípios da Interpretação Constitucional	34
4. Interpretação da Constituição	39
5. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais	43



Capítulo 4 – Normas Constitucionais no Tempo

1. Introdução	48
2. Recepção	48
2.1. Controle de Constitucionalidade das Normas Pré-Constitucionais	53
3. Repristinação	54
4. Descontitucionalização	55

Capítulo 5 – Controle de Constitucionalidade

1. Noções Gerais	58
1.1. Conceito de Controle	58
1.2. O Parâmetro de Controle	59
1.2.1. Definição de bloco de constitucionalidade	62
1.3. Do juízo de constitucionalidade	63
1.3.1. A constitucionalidade superveniente	64
1.4. Dos critérios de resolução do conflito entre as Normas Constitucionais e do Direito Infraconstitucional anterior (Direito Pré-Constitucional)	66
1.5. Juízo de Constitucionalidade X Juízo de Legalidade	70
2. Tipos de Inconstitucionalidade	72
2.1. Quanto à norma constitucional ofendida	72
2.2. Quanto ao prisma de apuração	72
2.3. Outras modalidades	73
3. Formas de controle	74
3.1. Controle preventivo	74
3.2. Controle repressivo	75
3.2.1. Controle difuso ou concreto	76
3.2.2. Controle concentrado abstrato	80
3.2.3. Controle concentrado de constitucionalidade estadual	111

Capítulo 6 – Princípios Fundamentais

1. Conceito	120
1.2. Localização na Constituição Federal	120
2. Fundamentos da República Federativa do Brasil	120
2.1. Estrutura do Estado Brasileiro e o <i>caput</i> do art. 1º da CF/88	120
2.2. Os princípios fundamentais expressos	123
3. Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil	125
4. Princípios que regem a República Federativa do Brasil nas relações internacionais	125

Capítulo 7 – Direitos Fundamentais

1. Introdução	130
1.1. Evolução histórica dos Direitos Fundamentais	130
1.2. Conceito de Direitos Fundamentais	133

1.2.1. Distinção entre Direitos e Garantias	134
1.3. Características dos Direitos Fundamentais	134
1.4. Direitos Fundamentais na Constituição de 1988	136
1.4.1. Da localização dos Direitos Fundamentais na Constituição de 1988	136
1.5. Titularidade dos Direitos Fundamentais	138
1.6. O princípio da dignidade da pessoa humana e os Direitos Fundamentais	139
1.7. Da eficácia horizontal dos Direitos Fundamentais	140
1.7.1. Eficácia dos Direitos Fundamentais na esfera privada no Brasil	141
1.8. Das restrições aos Direitos Fundamentais e o Núcleo Essencial	144
2. Direitos Fundamentais e tratados internacionais	148
2.1. O procedimento de internalização dos tratados internacionais sobre Direitos Humanos	148
3. Dos Direitos Fundamentais em espécie	149
3.1. Direitos Individuais e Coletivos	149
3.1.1. Vida	149
3.1.2. Igualdade	150
3.1.3. A proteção constitucional à vida privada	151
3.1.4. Liberdade	157
3.1.5. Propriedade	160
3.1.6. Princípio da legalidade	163
3.1.7. Estabilidade das relações jurídicas	165
3.1.8. Direitos Fundamentais em matéria criminal propriamente dita	169
3.1.9. Regras sobre extradição (art. 5º, LI e LII)	170
3.2. Garantias Constitucionais do Processo	172
3.2.1. Direito de acesso à prestação jurisdicional	172
3.2.2. Acesso à justiça	173
3.2.3. Devido processo legal	174
3.2.4. Direito de petição/representação	181
3.2.5. Direito a certidões	181
3.3. Ações constitucionais	182
3.3.1. <i>Habeas Corpus</i>	182
3.3.2. Mandado de segurança	184
3.3.3. Mandado de injunção	193
3.3.4. <i>Habeas Data</i>	195
3.3.5. Ação Popular	197
3.4. Direitos Sociais	199
3.4.1. Dimensões subjetiva e objetiva	199
3.4.2. Direitos sociais dos trabalhadores	202
3.4.3. Liberdade sindical	202
3.4.4. Direito de greve	204

Capítulo 8 – Direitos de nacionalidade

1. Conceito	206
2. Espécies de nacionalidade	206
3. Distinção entre brasileiro nato e naturalizado	211
4. Perda da nacionalidade	212

Capítulo 9 – Direitos Políticos e Partidos Políticos

1. Conceito	214
2. Direitos Políticos Positivos (Direito de sufrágio)	214
2.1. Capacidade eleitoral ativa	215
2.2. Capacidade eleitoral passiva	215
3. Direitos Políticos Negativos	216
3.1. Inelegibilidade	217
4. Privação dos Direitos Políticos	219
4.1. Perda dos Direitos Políticos (arts. 15, I e IV, e 12, §4º, II)	219
4.2. Suspensão dos Direitos Políticos	220
5. Partidos Políticos	222

Capítulo 10 – Da Organização Político Administrativa

1. Introdução	226
2. Dos Entes Federativos	228
2.1. A União Federal	228
2.1.1. Bens da União	229
2.1.2. Territórios	232
2.2. Os Estados-Membros	233
2.2.1. Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões	236
2.2.2. Bens dos Estados	236
2.3. O Distrito Federal	237
2.3.1. Brasília	240
2.4. Os Municípios	241
2.4.1. Criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios	242
3. Repartição de Competências entre os entes da Federação	243
4. Intervenção Federal e Estadual	249
4.1. Intervenção Federal	250
4.2. Intervenção Estadual	254

Capítulo 11 – Da Organização dos Poderes

1. Introdução	256
2. Do Poder Legislativo	259
2.1. O Congresso Nacional	259
2.1.1. Organização	259

2.1.2. Das Atribuições	260
2.1.3. Das Reuniões	268
2.1.4. Dos Órgãos Internos	272
2.2. Estatuto dos Congressistas	278
2.2.1. Prerrogativas	278
2.2.2. Vedações ou incompatibilidades	284
2.2.3. Perda do mandato	285
2.2.4. Da renúncia do mandato e seus efeitos	287
2.3. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária	287
2.3.1. O Dever de prestar contas	288
2.3.2. Tribunal de Contas da União	289
2.3.3. Dos Tribunais de Contas dos Estados, Distrito Federal e Municípios	293
2.3.4. O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas	294
3. Do Poder Executivo	295
3.1. Noções básicas	295
3.2. Eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República	297
3.2.1. Vice-Presidente, Ministros de Estado, Conselhos da República e de Defesa Nacional	298
3.3. Competências e atribuições do Presidente da República	299
3.4. Regras sobre substituição e sucessão do cargo de Presidente	302
3.4.1. Hipótese de perda do mandato do Presidente da República	303
3.5. O Presidente da República e os crimes de responsabilidade	304
3.6. O Presidente da República e os crimes comuns	306
3.7. Dos efeitos da Condenação criminal	308
4. Do Poder Judiciário	309
4.1. Introdução	309
4.2. Independência do Poder Judiciário e suas garantias	311
4.2.1. Garantia dos Juizes	312
4.2.2. Vedações impostas aos juizes	317
4.2.3. Previsão do Quinto Constitucional	318
4.2.4. Autonomia Administrativa e Financeira	319
4.3. Organização do Poder Judiciário	320
4.3.1. Supremo Tribunal Federal	323
4.3.2. Conselho Nacional de Justiça	328
4.3.3. Superior Tribunal de Justiça	331
4.3.4. Tribunais Regionais e Juizes Federais	334
4.3.5. Tribunais e Juizes do Trabalho	337
4.3.6. Tribunais e Juizes Eleitorais	340
4.3.7. Tribunais e Juizes Militares	342
4.3.8. Tribunais e Juizes dos Estados	344
4.3.9. Juizados Especiais	345
4.3.10. Juizados de Paz	347
4.3.11. Serviços Auxiliares da Justiça	347

5. Funções Essenciais à Justiça	354
5.1. Ministério Público	354
5.1.1. Composição e estrutura do Ministério Público	355
5.1.2. Princípios que regem o Ministério Público	357
5.1.3. Autonomia funcional, administrativa e financeira	359
5.1.4. Garantias e Vedações	360
5.1.5. Funções Institucionais do Ministério Público	361
5.1.6. Conselho Nacional do Ministério Público	363
5.2. Advocacia Pública	365
5.3. Advocacia	367
5.3.1. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	367
5.4. Defensoria Pública	368

Capítulo 12 – Atos Normativos e Processo Legislativo

1. Introdução	372
2. Espécies de Atos Normativos	374
2.1. Emenda Constitucional	374
2.1.1. Limitações ao Poder de Reforma	374
2.2. Espécies de Atos Normativos Primários	380
2.2.1. Lei Complementar	380
2.2.2. Lei Ordinária	382
2.2.3. Lei Delegada	384
2.2.4. Medida Provisória	386
2.2.5. Decreto Legislativo	397
2.2.6. Resolução	398
2.2.7. Tratados Internacionais	399
2.2.8. Decretos Autônomos	403
2.2.9. Regimentos Internos dos Tribunais	403
2.2.10. Súmulas vinculantes	404
3. Do Processo Legislativo	404
3.1. Conceitos básicos do Processo Legislativo	405
3.1.1. Espécies	407
3.2. Processo Legislativo Ordinário	407
3.2.1. Fase introdutória ou de iniciativa	408
3.2.2. Fase Constitutiva	415
3.2.3. Fase Complementar	424
3.3. Procedimento abreviado ou sumário	427

Capítulo 13 – Defesa do Estado e das Instituições Democráticas

1. Introdução	430
2. Estado de Defesa e Estado de Sítio	430
2.1. Estado de Defesa	430
2.2. Estado de Sítio	433

3. Forças Armadas	436
4. Segurança Pública	438
4.1. Polícias da União	438
4.2. Polícias dos Estados	439
4.3. Polícias dos Municípios	440

Capítulo 14 – Da Ordem Econômica e Financeira

1. A Ordem Econômica	442
1.2. Princípios gerais da atividade econômica	442
1.3. Atuação do Estado no domínio econômico	444
1.3.1. Atuação Direta	444
1.3.2. Atuação Indireta	449
2. Sistema Financeiro Nacional	450

Capítulo 15 – Da Ordem Social

1. Introdução	458
2. Seguridade Social	459
2.1. Da Saúde	460
2.2. Da Previdência Social	463
2.2.1. Aposentadoria e pensão	464
2.3. Da Assistência Social	470
3. Da Educação, da Cultura e do Desporto	471
3.1. Da Educação	471
3.2. Da Cultura	474
3.3. Do Desporto	476
3.3.1. A Justiça Desportiva	477
4. Ciência e Tecnologia	477
5. Comunicação Social	478
5.1. Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens	479
5.2. Serviços de radiodifusão sonora (rádio) e de sons e imagens (TV)	480
6. Meio Ambiente	481
7. Da família, da criança, o adolescente e do idoso	482
7.1. Da família	482
7.2. Criança e adolescente	483
7.3. Idoso	485
8. Dos índios	485
Questões de concurso	489
Referências Bibliográficas	567